



Ata Nº 3

Quadriénio 2017/2021

Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, na localidade de Monte Redondo, no Salão Nobre do edifício sede da Junta de Freguesia, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se a reunião ordinária de funcionamento da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar. O Presidente deu as boas vindas a todos os presentes.

De seguida, o senhor Presidente da Mesa apresentou a correspondência recebida, nomeadamente uma carta do Motor Clube a cada um dos membros da assembleia a agradecer a colaboração de todos com esta Associação.

Posteriormente, dado que os membros entenderam querer a transcrição total da gravação na ata da assembleia extraordinária de trinta de novembro de dois mil e dezassete, a Assembleia deliberou por unanimidade adiar a votação da ata para a próxima assembleia, em abril. O senhor Presidente da Assembleia referiu que, não obstante se procederem às transcrições na ata em questão, futuramente, as atas devem ser uma súmula do que é tratado.

Passou-se, então, ao período antes da ordem do dia.

Os membros do PS apresentaram uma **proposta de Voto de Louvor ao atleta Pedro Lopes**, que foi lido pelo membro Ana Carla Gomes (ANEXO 1). O Voto de Louvor ao atleta Pedro Lopes foi aprovado por unanimidade.

Os membros do PS apresentaram uma **proposta de Voto de Louvor ao Grupo Lusiaves**, que foi lido pelo membro Lino Loureiro (ANEXO 2). O Voto de Louvor ao Grupo Lusiaves foi aprovado por unanimidade.

Os membros da bancada do PSD apresentaram uma **proposta de criação do código de conduta e ética** (ANEXOS 3 E 4).

O membro Ana Carla Gomes pediu um esclarecimento à bancada do PSD sobre o objetivo desta proposta.

O membro Dulcinda Silva explicou que, sendo Técnica de Contas e trabalhando numa Instituição grande, na qual existe um código de conduta e ética, está muito familiarizada com a questão dos códigos de conduta e ética e é uma prática perfeitamente corrente. Acrescentou que os membros do PSD acreditam que o executivo tem feito um bom trabalho, mas uma documentação de suporte ajuda a espelhar melhor e a iluminar qualquer dúvida quando se faz alguma suspeição. Torna-se num documento que protege os membros relativamente a algum tipo de procedimento e orientação que se possa ter. Às vezes, surgem dúvidas acerca daquelas gratificações que se



costumam dar, como a aceitação de um bilhete, e esse código poderá permitir saber se é antiético ou não.

O senhor Presidente da Mesa, Paulo Gaspar, referiu que já existe um Código de Conduta que já veio à Assembleia e se encontra disponível no sítio da Junta de Freguesia.

O senhor Renato Silva disse que não via inconveniente, mas também não via necessidade de criar este grupo de trabalho, visto que, por norma, é uma regra que segue, mas reiterou a ideia de que não via inconveniente na criação de um grupo de trabalho.

A senhora presidente do executivo, Céline Gaspar, após cumprimentar todos os presentes, referiu que lhe parecia bem a criação desta comissão, porém, esse código de ética, se for para abranger o executivo e todos os processos inerentes à Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia elabora e traz à Assembleia. Se o código de ética for para a assembleia de freguesia, a Assembleia de Freguesia faz e traz à Assembleia. A senhora Presidente esclareceu que são dois órgãos distintos e os membros da assembleia fiscalizam o que a Junta de Freguesia faz, mas não entram na elaboração do código.

O senhor Vítor Boiça questionou a senhora presidente sobre a obrigatoriedade de o executivo fazer o que a assembleia disser.

A senhora Presidente Céline Gaspar explicou que a assembleia pode recomendar e questionou se a recomendação da criação de um grupo de trabalho é para a assembleia ou para o executivo, ao que lhe foi respondido pelo senhor Vítor Boiça, que é para ambos os órgãos.

A senhora presidente esclareceu que um código de conduta e ética, se for para a Junta de Freguesia, inclui todos os setores, nomeadamente funcionários, fornecedores, entre outros. Sendo aprovada a recomendação, a Junta de Freguesia pode aceitar ou não, no entanto, o executivo não vê qualquer inconveniente na análise do Plano já existente, como uma base de trabalho, sendo todas as sugestões bem-vindas. Aquilo que a Assembleia pode sempre fazer são recomendações ao executivo e este pode aceitar a recomendação, se for aprovada. Mas pode ser criado esse grupo de trabalho para fazer um código de conduta e ética para a assembleia e depois pode ser constituído um grupo de trabalho para analisar a proposta do executivo.

Após discussão, foi formada uma comissão constituída pelos membros Ana Carla Gomes, Dulcinda Silva, Márcio Marques, Paulo Gaspar, Vítor Boiça e Vítor Tomé.

O senhor Renato Silva apresentou uma **Recomendação de execução de passeios na Rua Principal - Matos – Monte Redondo (ANEXO 5)**.

O membro Márcio Marques referiu que seria importante diminuir uma série de atravessamentos, visto que o objetivo é fazer um passeio com acesso a Monte Redondo. Remetendo para a página 8, para o passeio no sentido Lavegadas – Monte Redondo, o senhor Márcio Marques referiu que aquele passa para a esquerda e depois passa para a direita e, sendo a maior parte da circulação feita para o centro de Monte Redondo, podiam evitar-se dois atravessamentos. Por isso,



considera que deve ser feita uma intervenção de fundo, visto que a ideia apresentada é excelente, mas tem de se pensar mais a fundo e pensar, provavelmente, em trinta anos.

O senhor Paulo Renato Silva explicou que a solução poderia ser sempre melhor. O objetivo era fazer a intervenção a partir do cruzamento com a Rua 1.º de Maio, que é quase à entrada das Lavegadas, onde há uma série de moradias que foram feitas recentemente, algumas em banda. Daí até ao cemitério, existem edificações de um lado e doutro. O mais importante seria encontrar uma solução exequível, ter uma solução que não fique dispendiosa e que proteja melhor as pessoas do que a situação existente atualmente. Apesar de concordar que se fosse feita só de um lado, por exemplo, pegando na zona das moradias em banda, se se viesse sempre pelo lado direito com esse passeio, seria excelente, mas depois existe a situação do cruzamento com a Rua da Bregieira. Se o passeio viesse pelo lado direito, quando se chegasse a esse cruzamento, haveria um problema. Não se conseguiria fazer o passeio na rua à direita que desce e teria de se destruir imensos muros, que teriam de ser reconstruídos e teria ainda de se contar com a boa vontade das pessoas.

Para além disso, o senhor Renato Silva frisou que ainda se teria de reduzir a distância que as pessoas têm ao eixo da via, que, por si só, já não é muita. Esta intervenção seria no sentido de conseguir minimizar e aproveitar os espaços que existem ali.

Por outro lado, o senhor Renato Silva realçou a questão de que naquela zona vai passar a variante externa a Monte Redondo e fazer uma intervenção de fundo neste momento, sem certezas sobre o que vai acontecer, tem de ser bem equacionada. Sabe-se que vai passar lá uma rotunda, mas não se sabe a localização exata. A solução que se propõe não é fazer o lancil, com calçada, mas fazer uma camada de base e fazer o pavimento em betuminoso como é a estrada, sendo uma solução simples, mas que permite aumentar a segurança das pessoas, que é o ponto essencial para os membros do PS. Esta proposta vem no seguimento de uma das propostas apresentadas no anterior mandato, do passeio desde o Colégio até à Aroeira, e também de outra que o Grupo do PS tem intenção de apresentar sobre o passeio entre Monte Redondo e a Carreira, sendo esse mais difícil, mas possível. Os atravessamentos não são os ideais, mas tendo em conta as condições existentes atualmente, são o que é possível.

A senhora Dulcinda Silva referiu que, conhecendo a zona, considera que se atingem velocidades extremas nesta zona e admite ser perigoso ter aqui um atravessamento naquela reta, na qual, quando se vem das Lavegadas para Monte Redondo, sendo ligeiramente a descer, se atinge uma velocidade superior. Quanto às intervenções de fundo referidas sobre as cedências dos muros, poder-se-ia conversar com as pessoas para saber a sua disponibilidade. Por outro lado, sendo que há mais atrás um cruzamento, pode perguntar-se a dois ou três confinantes se eles se dispõem a dar um bocadinho de terreno. Em vez de se andar para trás na Rua da Bregieira, poder-se-ia andar para trás na Rua 1.º de Maio. Tendo em conta a questão da circular externa e não havendo um sítio específico onde ela seja feita, faria mais sentido ser de um lado ou doutro, apesar de perceber que a lógica



apresentada seja simplista e economicista e ter um passeio é melhor do que não ter, mas numa reta destas, estar a colocar uma passadeira é perigoso.

O senhor Renato Silva explicou que este é um estudo prévio e que há diferenças entre um estudo prévio e um projeto e depois o projeto de execução. Um estudo prévio é uma proposta que se faz com alguns traços gerais daquilo que se pretende fazer. O senhor Renato referiu que as acalmias de tráfego são soluções que não estão aqui representadas, mas que em sede de projeto seriam contempladas. Seria preferível ter um ou dois pontos de atravessamento identificados, que o automobilista e o peão reconhecem como sendo uma passadeira, o local por onde o peão deve passar, do que não ter nenhum e ter aquela berma nas condições em que está e pessoas a passarem lá permanentemente.

A senhora Dulcinda Silva deu a sua opinião sobre o estudo apresentado, afirmando que preferia que o estudo prévio contivesse aspetos de uma intervenção mais de fundo para evitar o atravessamento.

O senhor Renato Silva respondeu que um estudo prévio não significa que seja a melhor opção, é uma opção e que podem existir vários estudos prévios. Este teve como base tornar exequível o passeio para as pessoas em segurança e que a Junta e a Câmara Municipal gastem o menos possível, mas que fique uma solução durante largos anos até existir a intervenção ou não. Estar a propor alterações em muros, por exemplo, na zona onde estão as moradias em banda, do outro lado, são muros de suporte, porque o terreno das pessoas está mais alto do que o nível da estrada, são questões técnicas que o senhor Renato Silva em sede de estudo prévio não pretende debater. O senhor Renato Silva referiu que poderia chegar à assembleia e dizer que propunha a construção do passeio sem mais nada, mas os membros do PS apresentaram um estudo prévio, com imagens, para se perceber aquilo que é proposto e que se tem a intenção que aconteça.

A Recomendação de Execução de Passeios na Rua Principal - Matos – Monte Redondo foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

O senhor Márcio Marques afirmou que votou a favor, mas gostaria que essa solução fosse estudada.

De seguida, o Grupo do PSD apresentou uma proposta de **criação de um grupo de trabalho que defina um modelo estratégico que garanta a continuidade temporal da FESMONTE (ANEXO 6)**, a qual foi lida pelo membro Dulcinda Silva.

O senhor Renato Silva questionou se essa comissão terá validade pelo mandato ou se depois é renovada em função dos mandatos que vão passando.

A senhora Dulcinda Silva respondeu que a ideia é criar um grupo de trabalho para se definir uma estratégia duradoura e que, de facto, permita que haja visibilidade. É nesse sentido que o Grupo do PSD está a fazer a proposta, para depois definir uma proposta de modelo.



O senhor Paulo Gaspar, Presidente da Assembleia, afirmou que não queria tomar uma posição sem ouvir o executivo, que tem organizado a Fesmonte, pelo que passou a palavra à senhora Presidente do Executivo, a qual referiu que percebeu o conteúdo da proposta e que calculava que fosse uma recomendação, porque a Fesmonte é uma atividade do executivo, do órgão que gere a Junta de Freguesia e esta pode aceitar que outras pessoas façam parte da organização para se pensar numa solução, mas é uma recomendação. A Assembleia não se pode impor na organização do evento. A senhora presidente referiu que a questão passa pela criação de um grupo de trabalho que vai idealizar um modelo ou uma estratégia para que a Fesmonte se mantenha ao longo dos anos. O executivo poderá considerar as propostas apresentadas válidas ou não, visto que o executivo tem uma forma de organizar e desenvolver o evento, e quem vier a seguir terá a sua. A Assembleia pode sempre fazer sugestões ao executivo, que está sempre aberto a ouvi-las, depois ver-se-á se há exequibilidade, tendo em conta as várias características que a Fesmonte apresenta. A continuidade da Fesmonte dependerá sempre da Junta de Freguesia, de acordo com a perspetiva da senhora Presidente, Céline Gaspar, porquanto conhece outros casos de eventos com alguma dimensão e que fizeram outro tipo de situação para garantir continuidade e acabou por ser algo que alguém organiza e a Junta paga. A grande questão da Fesmonte é que a Junta organiza, paga e ainda ajuda as associações a ter apoios. Quanto à questão de haver a possibilidade de ajuda para apoios, entre outros, o executivo está sempre recetivo, independentemente de haver um grupo de trabalho ou não, opinião que a senhora presidente considera ser a dos seus colegas de executivo. A assembleia pode sempre fazer recomendações ao executivo e este analisa e dá depois o seu parecer, visto que todas as recomendações que são apresentadas têm de ser posteriormente discutidas em reunião de executivo.

A senhora Dulcinda Silva interveio referindo que a proposta de constituição de um grupo de trabalho alargado é justamente para não deixar de fora o executivo, porque os membros do PSD entendem que existe essa participação e essa manifestação ativa. Quando é feita esta observação por parte da Presidente de que cada executivo fará como entender, é isso que a senhora Dulcinda Silva considera que não deve acontecer. Deve haver continuidade, daí que o Grupo do PSD diga que quer criar, com a participação do executivo, um grupo que se entenda, uma proposta para apresentar junto do executivo, envolvendo sempre essa parte, daí dizer-se que é um grupo alargado, para que se defina aquele objetivo, que é de dois em dois anos, que envolve muito mais recursos e muito mais gente, mas que haja continuidade, que não seja esta questão de que se mudar quem está à frente do executivo, as coisas possam acabar. Deve ser um evento para ficar para a terra e os membros do PSD concordam com isso. É nesse sentido de sustentabilidade que esta solução é apresentada, nunca excluindo o executivo nesta dinâmica, nem colocando o executivo apenas como pagador a alguém que faça o serviço, até porque tem essa dinâmica própria que é referida. A proposta apresentada é considerada uma mais-valia, em que o executivo também participasse.



O membro Ana Carla Gomes mostrou alguma estranheza e confusão relativamente à afirmação de que se pretende incluir o executivo na organização da Fesmonte, porque o executivo é que organiza a Fesmonte. Os membros da Assembleia, como foi dito pela senhora Presidente da Junta, podem sugerir, fazer recomendações, mas esta atividade é do executivo e é este que tem de a organizar. Não é como disse a senhora Dulcinda Silva que os membros da Assembleia querem incluir o executivo, visto que o executivo é que detém a organização do evento.

A senhora Dulcinda Silva esclareceu que a proposta de incluir o executivo tinha que ver com o grupo de trabalho que se propõe que venha a ser criado, visto que a organização do evento é do executivo. O que os membros do PSD não querem é, tendo em conta as palavras da senhora Presidente, que termine a Fesmonte, querem que exista continuidade.

O senhor Renato Silva referiu que a Fesmonte é um evento como o Almoço Sénior ou a festa de Natal das crianças, sendo assim fará também sentido arranjar um grupo de análise para que essas atividades não acabem. Faria todo o sentido haver uma comissão que gerisse a Fesmonte, mas a ideia peca logo à partida, porque o executivo é que decide se existe Fesmonte ou não. Os membros da Assembleia não podem decidir isso, podem traçar algumas recomendações, mas são meras recomendações que o executivo, se quiser, pode ou não acatar. Daqui a três anos vem um novo executivo e poderá não haver Fesmonte.

O senhor Vítor Tomé considera que a Fesmonte tem sido sempre organizada pelo executivo e tendo em conta a sua experiência como alguém ligado às coletividades, é mais seguro ser o executivo a elaborá-la do que se criar uma comissão para o efeito. Até porque é o executivo que sabe o orçamento que tem e a melhor forma de trabalhar. Seja este ou o próximo, deverá ser o executivo a organizar a Fesmonte.

O senhor Márcio Marques esclareceu que a proposta não é a de criar uma comissão para fazer a Fesmonte.

A senhora Dulcinda Silva observou que não se pretende substituir as pessoas, mas permitir a continuidade deste evento, independentemente destas questões eleitoralistas. Acrescentou que não há paralelismo entre a Fesmonte e as Festas de Natal e o Almoço Sénior, pela dimensão que aquela agrega, é um acontecimento exponencialmente maior que os dois últimos referidos, que deverão ser igualmente mantidos e são da autoria do executivo e de louvar.

A senhora Presidente do Executivo pediu a palavra para esclarecer que não tinha dito que a Fesmonte depende do executivo que está no poder, mas que a forma de organizar a Fesmonte pode mudar consoante quem está à frente. Os orçamentos podem obrigar à organização de outra maneira, pode haver um modelo estratégico que não funcione. Mesmo neste executivo, daqui a dois anos, pode surgir a necessidade de organizar a Fesmonte de outra maneira. É uma atividade do Plano de Atividades da Junta de Freguesia. Pode haver a sugestão da parte da Assembleia de um modelo que seja adotado, mas desde que seja a Junta de Freguesia a promotora, a organização vai depender



sempre de quem esteja no executivo, porque é uma atividade que faz parte do Plano de Investimentos, como o Almoço Sénior ou a Festa de Natal, apesar de não ter comparação em termos de extensão. Se se decidir criar uma associação, pode ser uma das soluções, mas vai ficar fora da Junta de Freguesia.

O membro Márcio Marques disse que há várias possibilidades em aberto e dever-se-ia criar o grupo para discutir isso.

A proposta de criação de um grupo de trabalho que defina um modelo estratégico que garanta a continuidade temporal da FESMONTE foi a votação, tendo sido chumbada com seis votos contra dos membros Ana Carla Gomes, Lino Loureiro, Renato Silva, Isabel Ferreira, Paulo Gaspar e Vítor Tomé e três votos a favor dos membros Dulcinda Silva, Márcio Marques e Vítor Boiça.

A senhora Dulcinda Silva referiu que os membros do PSD se congratulam pelo facto de a senhora Presidente da Junta de Freguesia ter questionado na última sessão da Assembleia Municipal sobre o ponto da situação do Parque Industrial de Monte Redondo, visto que é mais um passo para a evolução desta obra. Referiu ainda que a iluminação de Natal está apelativa, mas podia ter sido mais abrangente, nomeadamente na zona do comércio, junto às escolas, por causa das crianças. É um custo que tem benefícios para o comércio. Não tem havido essa possibilidade este ano, seguramente para o ano se tentará algo diferente. A senhora Dulcinda Silva solicitou permissão para que o último ponto que está previsto na ordem de trabalhos fosse o primeiro a ser debatido.

Em resposta, o senhor Presidente da Mesa pediu que o ponto sete fosse eliminado da ordem do dia e que fosse criada uma comissão alargada para elaborar um novo regimento devido às várias opiniões que surgiram por parte de vários membros.

A eliminação do ponto sete, **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a) do nº 1 artigo 10º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, foi colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, tendo sido criada uma comissão constituída pelos membros Ana Carla Gomes, Dulcinda Silva, Márcio Marques, Paulo Gaspar, Vítor Boiça e Vítor Tomé. O ponto será discutido na próxima assembleia.

Passou-se à inscrição dos elementos do público para intervirem no final da discussão dos pontos da ordem do dia.

De seguida, passou-se ao cumprimento da ordem de trabalhos.

Ponto 1. RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA JUNTA SOBRE A ATIVIDADE DA JUNTA DE FREGUESIA E SITUAÇÃO FINANCEIRA - Apreciação nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor Presidente da Mesa alertou os membros da assembleia para o facto de terem de se inscrever para intervir e para não entrarem em diálogo. Devem fazer uma intervenção, na qual digam tudo o que pretendem e só voltam a falar em defesa da honra.



O membro Vítor Boiça questionou sobre a existência de uma data para a construção do recreio coberto na EB 1 da Carreira e onde ficarão as crianças quando chove.

O senhor Márcio Marques perguntou qual é o ponto de situação do coletor da encosta da Aroeira.

A senhora presidente do Executivo respondeu que a data em que será construído o recreio coberto ainda não está definida, porque o executivo está a fazer a avaliação das várias possibilidades ao nível do próprio fornecedor e a verificar se será a Câmara que faz e a Junta por delegação, mas será durante o próximo ano. Ainda não sabe dizer se será durante alguma interrupção letiva ou não. As crianças têm uma sala, porque há menos uma turma na escola, e o próprio local que já existia anteriormente e que é uma sala polivalente, onde as crianças almoçam, mas também onde brincam.

Relativamente ao coletor da encosta, a senhora Presidente esclareceu que os trabalhos que estão a ser feitos naquele local têm que ver com o acordo com um dos proprietários, a Câmara Municipal, a Associação de Regantes e a Junta de Freguesia. Neste momento, o executivo está a avaliar a possibilidade de se fazer a continuidade desses trabalhos até à Carreira e aproveitar para limpar a zona junto à 109-9. No entanto, há questões que têm de ser verificadas, nomeadamente a questão do financiamento e a forma como é feito, porque os valores são elevados e não pode ser feito o convite exclusivamente à pessoa que atualmente está a fazer a obra. Todas essas dimensões levam a que o executivo não tenha ainda a possibilidade de resolver como é que há de ser feito, mas a vontade do executivo é continuar o trabalho que está a ser feito até à Carreira e fazer a limpeza também já junto à 109-9.

Ponto 2. ORÇAMENTO PARA 2018 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

A senhora Presidente do executivo explicou os três pontos: dois, três e quatro, que estão subjacentes, embora a votação seja separada, e a deliberação do executivo também foi pela sua totalidade. Relativamente ao orçamento, a senhora Presidente explicou que este tem uma determinada arquitetura, que advém daquilo que é a obrigação relativamente aos compromissos que estão assumidos e que, possivelmente, não serão todos executados na sua totalidade, e aqueles compromissos que já foram assumidos para 2018 e que vão cair no dia 2 de janeiro e o orçamento tem que estar dotado para que a Junta de Freguesia esteja prevenida. Daí que, em Plano Plurianual de Investimentos e nas rubricas do orçamento da despesa de capital, os valores sejam diminutos em algumas das propostas apresentadas no Plano Plurianual de Investimentos. Está previsto, o executivo pretende intervir em todas essas áreas, apesar de não se conseguirem colmatar os problemas todos num ano, mas é um Plano Feito a pensar em quatro anos e depois com o saldo de gerência, vai-se também reforçar algumas dessas rubricas e ter a capacidade financeira para as melhorar. O executivo também prevê que, eventualmente, da parte da Câmara Municipal também haja depois algum apoio para determinadas situações, nomeadamente a questão das salinas, sendo que se está a



aguardar a aprovação da candidatura que o executivo fez em setembro, para a requalificação do espaço. É um orçamento provisório, porque existem compromissos que passam de um ano para outro e as rubricas têm de estar votadas. Com o saldo de gerência que se prevê, pelo que se pôde apurar, depois poder-se-á fazer o reforço dessas rubricas na grande parte dos projetos que são apresentados.

Por ser um ano que tem a edição da Fesmonte, há determinadas rubricas que têm mais receita e outras que têm mais despesa. A Fesmonte é sobretudo despesa corrente, não é capital. O executivo considera que a receita corrente poderá passar para capital. É previsão do executivo que todo o saldo de gerência que vai transitar deste ano seja um saldo para investimento e não para reforçar rubricas de despesa corrente.

Relativamente ao mapa de pessoal, não tem qualquer alteração, o número de lugares proposto é o que já existe, estando alguns preenchidos, sendo que o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, o lugar de assistente técnico, ficará vago a partir de abril e que só mediante novo concurso será possível preencher, porque já estão três contratos de seis meses completos relativamente ao concurso que existiu anteriormente. Precisamente por isso é que no orçamento está prevista a rubrica de novos postos de recrutamento, porque, caso o executivo decida abrir o concurso, será necessário haver essa rubrica de despesa, no entanto, ainda não está decidido se vai ser ou não aberto concurso.

O membro Dulcinda Silva pediu que a senhora Presidente esclarecesse alguns pontos do orçamento, nomeadamente no respeitante às transferências correntes, ao valor de sessenta mil euros de receitas correntes privadas, sobre quem faz estas doações e os patrocínios que presumem estão incluídos; à venda de bens e serviços correntes; à venda de outros bens; à aquisição de bens e serviços; do material de escritório; outros bens; conservação de bens - saber de que bens se trata; não estão referidos aspetos como a eletricidade; o valor da renda do Largo da Feira; a locação de outros bens; deslocações e estadas; publicidade; vigilância e segurança; assistência técnica; outros trabalhos especializados. Relativamente ao associativismo, a senhora Dulcinda Silva questionou os abonos atribuídos. No respeitante ao orçamento da despesa, a senhora Dulcinda Silva pediu que fossem esclarecidos os valores relativos à requalificação do Largo da Feira.

O senhor Vítor Tomé questionou a senhora Dulcinda Silva, visto ter sido uma das promessas eleitorais do PSD, sobre a sua disponibilidade para ajudar o executivo a diminuir a despesa no que concerne ao multibanco da Carreira, sabendo que é uma despesa mensal de cerca de 180 euros, na medida em que é a sua área profissional.

A senhora Dulcinda Silva respondeu que, sendo a sua profissão a de empregada bancária, e apesar de a instituição com quem a Junta trabalha não ser a mesma, apresenta inteira disponibilidade para intervir na negociação para tentar reduzir os custos ou estudar propostas de outras instituições.



A senhora Presidente do Executivo respondeu às questões colocadas, sugerindo, em primeiro lugar, que os membros consultem o *site* da Junta de Freguesia, no qual está o relatório de atividades de todos trimestres, com a discriminação de todos os apoios atribuídos às associações. O trimestre que é apresentado corresponde àquele em que se atribui menos valor às associações, pelo que este ano a execução até é capaz de chegar aos 18 mil euros de apoios às associações, sensivelmente.

Todas as rubricas que foram referidas na questão da receita são precisamente as rubricas que dizem respeito às questões associadas à Fesmonte. A rubrica «Privadas» é a rubrica onde são encaixados todos os apoios, os mecenatos, que são apresentados para a Fesmonte. Esses apoios são públicos na Fesmonte e aqueles que não são públicos, porque a empresa não o deseja, podem ser consultados pelos membros da assembleia mediante um requerimento.

A senhora Presidente realçou que o executivo trabalha de forma totalmente transparente e que isto é uma previsão que foi baseada na prática dos anos anteriores, não havendo lugar a orçamentos empolados. Na rubrica que diz respeito às «Famílias», apesar de não ter sido questionada, refere-se a pessoas individuais que podem apoiar o evento. A rubrica «Outros Bens» tem que ver com os bens que se vendem na Fesmonte. A Junta compra os bens, como as bebidas ou as refeições e as associações vendem.

Relativamente à despesa e à questão dos «Outros Bens», que surge dentro da rubrica «Outro tipo de despesa», no orçamento não se pode especificar tudo e pode acontecer haver uma coisa que tem uma durabilidade mais longa, mas que se estraga nesse ano, e tem de estar prevista a sua substituição. Nesta rubrica fica tudo o que não cabe dentro de rubricas mais específicas, como, por exemplo, a aquisição de selos, entre outros. A rubrica referente à «Conservação de Bens» tem que ver com situações como o arranjo da carrinha ou a revisão dos carros, por exemplo, que não precisa de mudar nenhuma peça que seja de investimento considerado capital. Caso a carrinha tenha de levar uma embraiagem nova, já entra na parte do capital, que pressupõe um investimento maior e de maior duração.

Quanto ao Recinto da Feira, como está no contrato, a renda é de 250 euros acrescidos de IVA, tendo sido arredondados para 350 euros, mas depois a execução espelha só exclusivamente o valor específico.

A rubrica «Locação de Outros Bens» tem que ver com o aluguer das tendas da Fesmonte.

As rubricas «Deslocações e Estadas», «Publicidade», «Vigilância e Segurança» têm que ver com a Fesmonte.

A rubrica «Assistência Técnica» tem que ver com os programas de software e computadores.

A rubrica «Outros trabalhos especializados» refere-se a qualquer tipo de trabalho especializado, por exemplo, um canalizador, um mecânico ou uma promotora que traz todos os artistas para a Fesmonte. A mesma fatura pode ter mais de uma rubrica de despesa.

Quanto ao Largo da feira, o valor apresentado é o previsto.



O membro Dulcinda Silva sugeriu que houvesse uma rubrica exclusivamente para a Fesmonte para ser mais fácil para quem não está dentro da área perceber melhor.

A senhora Presidente, Céline Gaspar, explicou que isso poderia implicar que aparecessem várias rubricas com o nome «Fesmonte» e sugeriu que verifiquem as contas no site do tempo da Fesmonte e fora dele, para perceberem a diferença. Se houvesse uma rubrica a dizer «Fesmonte», o executivo teria de a abrir dentro destas categorias mãe dez vezes. A Fesmonte não é um produto, é uma atividade, pelo que, possivelmente, não poderá ser incluída no orçamento de despesas correntes.

O ponto foi aprovado com seis votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Lino Loureiro, Renato Silva, Isabel Ferreira, Paulo Gaspar e Vítor Tomé e três abstenções dos membros Dulcinda Silva, Márcio Marques e Vítor Boiça.

Ponto 3. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2018_2021 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Ponto foi aprovado com seis votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Lino Loureiro, Renato Silva, Isabel Ferreira, Paulo Gaspar e Vítor Tomé e três abstenções dos membros Dulcinda Silva, Márcio Marques e Vítor Boiça.

Ponto 4. MAPA DE PESSOAL PARA 2018 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 9º do Anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Ponto foi aprovado com seis votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Lino Loureiro, Renato Silva, Isabel Ferreira, Paulo Gaspar e Vítor Tomé e três abstenções dos membros Dulcinda Silva, Márcio Marques e Vítor Boiça.

Ponto 5. MINUTA DE ADENDA AO ACORDO DE COLABORAÇÃO – PROGRAMA DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA DO PRÉ-ESCOLAR (AAAF) – 2017/2018 – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro.

A senhora Presidente do executivo explicou que foi celebrado um acordo com esta entidade no ano de 2014/2015 e todos os anos é feita a sua revisão e criada uma adenda para a atualização dos valores. Este acordo foi aprovado em Assembleia Municipal e tem de ser aprovado em Assembleia de Freguesia.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Ponto 6. MINUTA DE ADENDA AO ACORDO DE COLABORAÇÃO – PROGRAMA DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES DO 1º CICLO – 2017/2018 – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O ponto foi aprovado por unanimidade.



Ponto 7. REGIMENTO DA ASSEMBLEIA - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a) do nº 1 artigo 10º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O ponto foi retirado da ordem de trabalhos a pedido do senhor Presidente da Mesa, com o objetivo de se criar um grupo de trabalho mais alargado para se redigir o Regimento, visto haver muitas sugestões de vários membros da Assembleia. Assim, a proposta foi votada e aprovada por unanimidade, tendo-se criado um grupo de trabalho constituído pelos membros Ana Carla Gomes, Dulcinda Silva, Márcio Marques, Paulo Gaspar, Vítor Boiça e Vítor Tomé para rever o Regimento e elaborar uma nova proposta.

Terminada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao público.

O senhor Manuel Marques cumprimentou todos os presentes e questionou sobre a falta de limpeza no adro da igreja de Monte Redondo, visto concordar que a atitude do pároco da freguesia durante o período eleitoral foi horrível, mas a população gostaria de ver o adro limpo, como acontecia desde há muitos anos.

O senhor Daniel Francisco, após cumprimentar todos os presentes, deu os parabéns ao executivo pela organização do evento do dia 17 de dezembro, o Almoço Sénior, que juntou o passado de todos, que vai ser o futuro de todos, e espera que continuem com este evento, se não maior, pelo menos com a mesma dimensão.

O senhor Carlos Pedrosa questionou a assembleia sobre o estudo apresentado sobre o passeio entre os Matos e Monte Redondo. Explicou que encontra mais pessoas a circular em velocípedes do que a pé e gostaria de saber se esse estudo inclui também uma ciclovia ou apenas um passeio pedonal e se está previsto haver ou não uma separação, visto que o alcatrão, ao nível do pavimento que está, é discutível. O senhor Carlos Pedrosa referiu ainda a situação do atravessamento da via da direita para a esquerda, visto que não considera necessário fazer o atravessamento da via, mas pode-se fazer a continuação do passeio e alargar a via para o lado contrário.

A senhora Presidente, no que diz respeito à intervenção do senhor Manuel Marques, explicou que, como terminou o mandato, se a Igreja pretende o apoio da Junta de Freguesia tem de o solicitar, tal como fazem as outras associações. Sempre assim foi, no mandato anterior a limpeza foi solicitada pelo pároco, e o executivo aguarda por essa solicitação. Sendo certo que foi até ao momento a única igreja à qual fazemos a limpeza, nos outros locais são as próprias igrejas que o fazem. Por isso, a senhora Presidente aguarda o pedido do pároco.

No que diz respeito à intervenção do senhor Daniel Francisco, a senhora Presidente agradeceu as suas palavras e aproveitou para dizer que este evento do almoço Sénior só existe devido à generosidade dos voluntários, que no presente ano foram mais de trinta, que colaboraram com o executivo para tornar possível à Junta de Freguesia executar um evento desta dimensão, para as cerca de quatrocentas pessoas que estiveram presentes no almoço. Portanto, a senhora



Presidente agradeceu as palavras e aproveitou para fazer um agradecimento público a todos os voluntários e a todas as associações e comissões das igrejas que apoiaram com o material logístico.

Relativamente à questão do senhor Carlos Pedrosa, é uma recomendação à assembleia, portanto a senhora Presidente não irá tecer considerações, apesar de essa recomendação ir para o executivo, pelo qual será discutida.

O senhor Renato Silva explicou que, relativamente aos pontos referidos pelo senhor Carlos Pedrosa, e à questão de ser uma ciclovia ou um passeio, não é um apologista de calçada, porque é muito mais cara do que o betuminoso, o alcatrão normal que se costuma ver, é mais irregular e para quem anda de carreira de rodas, para quem tem deficiência na mobilidade e para quem anda com carrinhos de bebé, apresenta maior dificuldade. A proposta que os membros do PS apresentaram foi com base num estudo prévio, é um estudo preliminar, não é uma proposta efetiva que inclua preços, é apenas uma recomendação ao executivo, podendo ser aquela ou podendo ser melhorada.

Em relação ao pavimento, o senhor Renato Silva esclareceu que a solução apresentada é que seja em alcatrão, estando previsto que passe por fora dos postes de iluminação que lá estão. Quando termina a estrada, tem a berma e a valeta, os postes e os marcos da água e só depois disso, da parte de dentro, é que fica o passeio. Os membros do PS entendem que, se não forem demolidos muros para voltar a reconstruir, a solução é muito mais barata e consideram que a solução deve resolver as coisas no imediato e que fiquem em condições.

Por fim, a questão dos atravessamentos tem que ver com a existência de muros de suporte que implicam um outro custo. O senhor Renato Silva reforçou a ideia de que os princípios para a execução da proposta apresentada foram os custos que irá ter e a resolução das questões de segurança com as pessoas.

De seguida, foi elaborada uma minuta da sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu assim por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

~~O Presidente da Assembleia~~

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)

A Primeira Secretária

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)

O Segundo Secretário

(Lino Loureiro)